

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 146/2016

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 16 de Agosto de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.50194/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.2. Inquérito Civil SIMP nº 331.0.39327/2014, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.185251/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.205426/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.5. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.36331/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.6. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.172611/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.7. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.152314/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.8. Inquérito Civil SIMP nº 285.0.192972/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 1.9. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.154797/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Salvador – GEIDDEF;
- 1.10. Procedimento Ministerial SIMP nº 681.0.167115/2007, da Promotoria de Justiça de Uauá;
- 1.11. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28004/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.12. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.17127/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.13. Inquérito Civil SIMP nº 213.0.63697/2007, da Promotoria de Justiça de Pau Brasil;
- 1.14. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.83882/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.15. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.160160/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.16. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.9571/2011, do grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.17. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.251213/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.18. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.100626/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

- 1.19.** Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.187219/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.20.** Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.195288/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.21.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.67896/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.22.** Inquérito Civil SIMP nº 001.0.31537/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.23.** Inquérito Civil SIMP nº 003.0.238906/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.24.** Inquérito Civil SIMP nº 001.0.73845/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.25.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.186600/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.26.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.27917/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.27.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.175570/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.28.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.23184/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.29.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.47806/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.30.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.64796/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.31.** Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.191404/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.32.** Inquérito Civil SIMP nº 288.0.105526/2009, da Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 1.33.** Inquérito Civil SIMP nº 007.0.42004/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.34.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.238384/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.35.** Inquérito Civil SIMP nº 003.0.169208/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.36.** Inquérito Civil SIMP nº 003.0.58191/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.37.** Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.190568/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.38.** Procedimento Ministerial SIMP nº 008.0.138251/2013, da Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues;
- 1.39.** Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.141238/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF.
- 1.40.** Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.161685/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.41.** Inquérito Civil SIMP nº 598.0.168100/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

- 1.42. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.248692/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.43. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.202136/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.44. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.114901/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.45. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.91321/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.46. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.128026/2013, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.47. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.133980/2008, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.48. Inquérito Civil SIMP nº 592.0.198221/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.49. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.132268/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.50. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.91233/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.51. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.176305/2008, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Comarca de Salvador;
- 1.52. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.68742/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;
- 1.53. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.33185/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.54. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.168540/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.55. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.214437/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.56. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.206893/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.57. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.3286/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.58. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.122834/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.59. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.227060/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.60. Procedimento Ministerial SIMP nº 087.0.74082/2016, da Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 1.61. Procedimento Ministerial SIMP nº 203.0.124960/2014, da Promotoria de Justiça de Olindina;
- 1.62. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.10139/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.63. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.194613/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.64. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.99093/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.65. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.212376/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.66. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.241268/2014, da 11ª

Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.67. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.25875/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.68. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.187683/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.69. Procedimento Ministerial SIMP nº 717.0.17544/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

1.70. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.224842/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.71. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.233889/2011, do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

1.72. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.41534/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.73. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.133208/2015, da 11ª Promotoria de Juazeiro;

1.74. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.96536/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.75. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.60334/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.76. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.152393/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.77. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.205477/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.78. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.87863/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.79. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.79171/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.80. Procedimento Ministerial SIMP nº 645.0.67218/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Camacã;

1.81. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.7121/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

1.82. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.176072/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

1.83. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.179450/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.84. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.6259/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.85. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.159119/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.86. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.163542/2011, do Grupo de Atuação Especial;

1.87. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.52522/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

1.88. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.45994/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.89. Procedimento Ministerial SIMP nº 717.0.14896/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

1.90. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.138234/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

1.91.Inquérito Civil SIMP nº 003.0.236531/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

SALA DE SESSÕES, 16 de agosto de 2016.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

MARCO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Conselheiros: Elna Leite Ávila Rosa; Zuval Gonçalves Ferreira; Adivaldo Guimarães Cidade; Márcia Regina dos Santos Virgens; Antônio Carlos Oliveira Carvalho; Adriani Vasconcelos Pazelli; Aurisvaldo Melo Sampaio e Ricardo Régis Dourado.//